

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.695 - SP (2018/0327511-8)**

SUSCITANTE : JUÍZO DA 1A VARA DO TRABALHO DE ASSIS - SP  
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ASSIS - SP  
INTERES. : MARCOS FERNANDO FLAUSINO BALEJO  
ADVOGADO : ALFREDO DE FREITAS ALVARENGA - SP341719  
INTERES. : FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DE ASSIS  
ADVOGADO : ALINE SILVÉRIO DE PAIVA - SP227427

**DECISÃO**

Marcos Fernando Flausino Balejo ajuizou ação contra a Fundação Educacional do Município de Assis objetivando reintegração ao quadro de estagiários da Fundação, bem como indenização por danos morais decorrentes de ato homofóbico.

Distribuído o feito ao Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Assis - SP, esse declinou da competência em favor da Justiça do Trabalho, com fulcro no art. 114, VI, da Constituição Federal (fl. 74).

O Juízo da 1ª Vara do Trabalho de Assis - SP, por sua vez, suscitou o presente conflito, sob o fundamento de tratar-se de relação de estágio e não de vínculo empregatício, extrapolando, assim, o limite da competência material previsto na Constituição Federal (fl. 395).

Apresentado parecer do Ministério Público Federal opinando pela competência do Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Assis (fls. 406-411).

É o relatório. Decido.

*In casu*, a controvérsia está relacionada ao juízo competente para processar e julgar demanda ajuizada por estagiário, objetivando reintegração ao quadro de estagiários da Fundação recorrida, bem como indenização por danos morais.

Neste particular, esta Corte possui entendimento consolidado no sentido de que a competência *ratione materiae* está adstrita à natureza jurídica da lide, definida em função do pedido e da causa de pedir.

Assim, apesar de ampliada a competência da Justiça do Trabalho, ante a Emenda Constitucional 45/2004, ao dar nova redação ao art. 114 da Carta Magna, constata-se que o vínculo existente entre as partes é de natureza civil, cabendo à Justiça Comum processar e julgar a ação.

Nesse diapasão, destaco o seguinte precedente:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO

TRABALHO. JUSTIÇA COMUM. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. INCIDENTE OCORRIDO DURANTE EXERCÍCIO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE TRABALHO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÍNDOLE EMINENTEMENTE CIVIL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM.

1. Cuida a hipótese de ação de indenização, promovida por estagiário contra instituição de ensino e de instituição hospitalar autorizada a ministrar estágio obrigatório curricular, na qual é alegada a ocorrência de danos materiais e morais derivados de incidente que expôs estudante ao perigo de contágio por vírus, obrigando-a a submeter-se a tratamento preventivo.

2. Não configurada, na hipótese, a existência de vínculo laboral, mas de relação civil de prestação de serviços de disponibilização de vaga de estágio obrigatório acadêmico, exigido por instituição de ensino superior para colação de grau, competindo à Justiça Comum processar e julgar a ação de indenização.

3. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça Comum Estadual.

(CC 131.195/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 04/04/2014)

No mesmo sentido, constata-se a existência de outras decisões: CC 146823/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 16.03.2017; e CC 137970/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe 29.10.2013.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Assis - SP, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator